

Os *ninguéns* do ser nacional: sobre um povo à procura de si mesmo em Darcy

Ribeiro

Demetrius Ricco Ávila¹

Trazendo de países distantes nossas formas de convívio (...) e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.

Sérgio Buarque de Holanda

Resumo: O presente artigo intenta desvelar significados e correlações entre o conceito de povo e os de nação e nacionalidade, bem como desdobramentos e articulações destes em categorias como etnia e classe social, no interior da obra *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*, de Darcy Ribeiro (1922-1997). Tomada esta como central, todavia lançando mão de outras bibliografias do referido autor, busca-se demonstrar como o mesmo mobiliza, através de seu conceito de povo, o passado colonial brasileiro com vistas à construção de um discurso identitário nacional e a correspondência entre este e suas posições políticas no cenário do Brasil da década de 1990. Para tanto, no tocante à ideia de *formação e sentido do Brasil*, se operam ao longo do texto diálogos incidentais entre Darcy Ribeiro e os chamados intérpretes da “Geração de 30” do pensamento social brasileiro: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e, em especial, o marxista Caio Prado Junior.

Palavras-chave: Povo; nação; nacionalidade; classes sociais; identidade; *ninguendade*

1. Introdução

No texto em epígrafe, constante da página inicial de *Raízes do Brasil*, chama a atenção o *ainda*, advérbio de tempo a manifestar um entendimento da relação entre temporalidades – passado e presente – como *continuum*. Quiçá denote, também, o anseio por superar entraves à consecução de uma ordem racional no país, tais como o

¹Licenciado em Ciências Sociais pela UFRGS e mestrando em História pela PUCRS

patrimonialismo e o exacerbado personalismo, constitutivos, segundo Sergio Buarque de Holanda, da psique coletiva do ser brasileiro. Assim, “somos uns desterrados em nossa terra” porquanto um Brasil desejável ainda não se tenha consumado como realidade efetiva. Em não se atendo à problematização do que seria o Brasil desejável para o pensador paulista, ressalte-se que, para o mesmo, a gênese – e conseqüentemente a explicação – dos entraves à sua efetividade estaria na permanência de condições e práticas do passado colonial.

Cerca de seis décadas seguem à publicação de *Raízes do Brasil* e vem a lume *O Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro, em que um manifesto anseio pela transformação das formas de convívio não ecoa em sua expressão o comedimento de Sergio Buarque, professor do antropólogo na USP da década de 1940; ao contrário, em Darcy Ribeiro se explicita, sem quaisquer pretensões weberianas de isenção ou neutralidade – mas ressoando a verve marxista de transformar o mundo em lugar de tão-somente explicá-lo –, a primazia da ideia de *povo* sobre todas as demais instâncias da vida coletiva, e mesmo sobre a história: povo que não é senão latência, porquanto aprisionado também nas velhas e atualíssimas estruturas da época colonial, não apenas como implicações psicossociais, porém postas em relevo, à luz do materialismo histórico, as dimensões econômica e política das defectividades brasileiras. Tanto em Sérgio Buarque de Holanda quanto em Darcy Ribeiro, todavia, narra-se o Brasil como singularidade, não obstante sua enfaticamente arguida incompletude.

Neste trabalho, por seus limites exíguos, não se pretende abarcar mais do que pequeníssima parte da complexidade envolvida em definições de sentidos e significados de *povo*, *nação* e *nacionalidade*, em termos historiográficos. Busca-se, de fato, alguma compreensão de como *povo*, *nação* e *nacionalidade* significam-se e se correlacionam no interior de um discurso específico, qual seja, o da *opus magna* de Darcy Ribeiro – a partir de contribuições de problematizações historiográficas presentes, por meio das quais se desnaturaliza a ideia de nação e conseqüentemente de seus conceitos correlatos, percebendo-os, muitas vezes, como produção discursiva derivada de interesses espaço-temporalmente demarcados, com vistas à consecução de projetos políticos. Com efeito, segundo Junco:

Las identidades nacionales no son, pues, eternas. No son hechos naturales, objetivos, estables, como los ríos o las montañas, sino construcciones de carácter contingente que, debido a una confluencia de circunstancias, políticas sobre todo, surgieron em algún momento del pasado (...). (2016, p. 23)

Nesse sentido, faz-se interessante notar que o próprio Darcy Ribeiro, duas décadas antes da publicação de *O Povo Brasileiro*, no prefácio a uma edição venezuelana do clássico *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, indaga reflexivamente: “Afinal, que é a história, senão esta reconstituição alegórica do passado vivente que nos ajuda a compor nosso próprio discurso sobre o que estamos sendo?” (2011, p. 25).

2. Povo, nação, nacionalidade

No conjunto da obra de Darcy Ribeiro, por certo em decorrência de sua formação antropológica (2012, p. 139) associada à militância no PCB, quando do breve período da existência legal deste, na década de 1940 (PACHECO, 1984), o conceito de *povo* ocupa lugar central. Destarte, não há condição de possibilidade de nacionalidade sem povo, componente elementar da nação, seu substrato indispensável. Entretanto, em Ribeiro o povo brasileiro se distancia da caracterização de povo feita por Cícero ou Santo Agostinho, posto que não encontre condições de subsistir ao redor do consenso do direito, em razão de impeditivos calcados na perenidade de determinados modos de estratificação, oriundos da formação histórica do Brasil.

Para ilustração dessa centralidade do conceito de povo, comente-se que, em pleno exílio, entre as décadas de 1960 e 1970 – exílio cuja fecundidade intelectual conferida ao antropólogo brasileiro pela “diáspora” latino-americana merecerá uma análise futura –, Darcy Ribeiro elabora sua série de *Estudos de Antropologia da Civilização* e, a partir destes, uma tipologia dos povos americanos composta de quatro categorias (não-eurocêntricas!) de análise: *povos-testemunho*, *povos novos*, *povos transplantados* e *povos emergentes* (*idem*, p. 462-3). Por conseguinte, o povo brasileiro estaria subentendido na categoria de *povos novos*, os quais

oriundos da conjunção, deculturação e caldeamento de matrizes étnicas muito díspares como a indígena, a africana e a europeia. São exemplificados pelo Brasil, pelo Paraguai, pela Venezuela e pela Colômbia, pelos chilenos e pelos

antilhanos, povos sem um passado vetusto a cultivar, abertos para o futuro que estão construindo. (*Idem*, p. 463)

Embora Ribeiro sustente a existência de uma identidade unívoca do povo brasileiro, seu conteúdo não é exclusivamente passadista; ao contrário, é do passado que provêm os traumas de formação que, por um lado, resultam na opressão histórica das parcelas majoritárias do povo e ainda estariam a impedir sua emancipação – e, cabe afirmar, felicidade –, mas, por outro, seriam os próprios mecanismos de formação dessa identidade. A “abertura para o futuro que estão construindo” faz coincidir *povo* e *nação*: mais do que dispostos em relação de causa e efeito, amalgamam-se os dois conceitos. A nação brasileira, sobrelevando-se à própria incompletude, equivale ao povo a se construir. Essa perspectiva encontra ressonância em uma definição apresentada por Junco:

La complejidad del término “pueblo” es incluso mayor que la de la nación, porque, siendo de similar antigüedad, tuvo sin embargo una carga política ya desde la Roma clásica y la escolástica medieval siguió atribuyendo al *populus* un papel teórico como intermediario en la expresión de la voluntad divina en relación con la soberanía. Pero fue sobre todo desde la era romántica cuando recibió una fortísima carga ética en términos de legitimidad política. Bajo la impronta romántica, el “pueblo” se convirtió en el portador de la pureza y el desinterés político, de la cultura “auténtica”, de la identidad colectiva esencial; y, como consecuencia de todo ello, de la legitimidad política. De esta forma, el pueblo, otra forma de llamar a la nación, reemplazó, o absorbió, la identidad religiosa a medida que ésta declinaba con la llegada de la secularización. En sus dos vertientes – bien fuera asimilado con las clases bajas o con la esencia intemporal de la nación –, el pueblo pasó a ser el sujeto mesiánico que se contraponía a las debilidades o traiciones de las élites. (2005, p. 43-4)

Muitos dos princípios mencionados perfazem o mote da definição de povo segundo Darcy Ribeiro, em especial, a partir da carga de significados atribuídos desde a chamada “era romântica”, como se evidenciará no que segue. De fato, se no Brasil a construção do futuro depende do povo, a expressão “sujeito messiânico” de pronto sintetiza uma tendência de pensamento que, além de atribuir ao povo o papel de sujeito ético da construção nacional, de fato contrapõe o mesmo às “debilidades ou traições das elites”, mobilizando o passado no intuito de apontar as origens não apenas do próprio povo, mas das estratificações sociais e antagonismos de classe do presente:

Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo (...), num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. Povo novo, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros. Velho, porém, porque se viabiliza como um proletariado externo. Quer dizer, como um implante ultramarino da expansão europeia que não existe para si mesmo, mas para gerar lucros exportáveis pelo exercício da função de provedor colonial de bens para o mercado mundial, através do desgaste da população que recruta no país ou importa. (2010, p. 17)

3. O problema das categorias fechadas

Em *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro retoma antigas e desenvolve novas categorias analíticas associadas à sua tipologia dos povos americanos, em especial a de *matrizes* formadoras de *povos novos*. Como *povo novo*, o povo brasileiro teria resultado dos cruzamentos e decomposições de matrizes (tupi, lusa, africana) – “transfiguração étnica”, sobretudo no caso da matriz tupi (*idem*, p. 234) –, que teriam criado *a posteriori* um “gênero humano novo”.

A primeira matriz apresentada é a tupi, descrita com um detalhamento maior e mais profundo do que o verificável na ulterior caracterização da chamada matriz lusa. Sem deixar de afirmar formas de pluralismo identitário europeu, Ribeiro compõe uma narrativa avessa à homogeneização das populações indígenas, o que se pode explicar por meio de dados biográficos: sua inserção em campo como etnólogo, em fins da década de 1940, entre a Amazônia e o Pantanal, resultou na empiria que sustenta a exaltação da multiplicidade das formas de existência indígena, conteúdo, aliás, de diversas publicações anteriores a *O Povo Brasileiro*:

(...) preciso deixar claro que não existe um índio genérico, cuja língua, usos e costumes sejam comuns e co-participados. Há índios e índios, mais diferentes que semelhantes uns dos outros. Para avaliar a amplitude dessas variações, basta considerar que ainda hoje eles falam mais de 150 línguas, classificáveis em cerca de uma dezena de troncos linguísticos, totalmente diferentes uns dos outros. O nosso indo-europeu de que se esgalham, como línguas, do

russo ao inglês e ao português, é um mero tronco, equivalente a um daqueles dez e tantos, que já se registraram entre os índios. (2012, p. 48)

Conquanto faça referências à formação plural da península Ibérica, evocando os períodos de dominação romana e moura, a Reconquista e a emergência do Estado português, Darcy Ribeiro descreve Portugal quinhentista como uma totalidade cultural praticamente homogênea e consolidada econômica e politicamente, destacando o vanguardismo lusitano no que tange à expansão marítima, por uma perspectiva que o aproxima de Gilberto Freyre. Mais até do que matriz étnica, a lusitanidade é tomada como *matriz etno-nacional*:

Ao contrário dos povos que aqui se encontraram, todos eles estruturados em tribos autônomas, autárquicas e não estratificadas em classes, o enxame de invasores era a presença local avançada de uma vasta e vetusta civilização urbana e classista. Seu centro de decisão estava nas longuras de Lisboa, dotada sua Corte de muitos serviços, sobretudo do poderoso Conselho Ultramarino, que tudo previa, planificava, ordenava, provia. (*ibidem*, p. 34)

Afirmando a existência de uma lusitanidade constituída, prossegue, emparelhando portugueses e espanhóis a outras nacionalidades por meio de uma nova categoria:

Nações germinais, como Roma no passado, foram os iberos, os ingleses e os russos no mundo moderno. Cada um deles deu origem a uma variante ponderável da humanidade – a latino-americana, a neobritânica e a eslava –, criando gentes tão homogêneas entre si, como diferenciadas de todas as demais. (*ibidem*, p. 59)

Finalmente, a África não é aludida como matriz com o relevo conferido às matrizes lusa e tupi. Ao se referir ao negro na formação do povo brasileiro, Darcy Ribeiro o denomina, desde as primeiras menções, *afro-brasileiro*, inclusive no título do subcapítulo dedicado ao tema – apresentado na segunda seção do livro, cognominada “Gestação Étnica”, demarcando a incorporação dos negros ao povo brasileiro durante um processo já em andamento:

Os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana. (...) A contribuição cultural do negro foi pouco relevante na formação daquela protocélula original da cultura brasileira. Aliciado para incrementar a produção açucareira, comporia o contingente fundamental da mão de obra. [...] A África era, então, como ainda hoje o é, em larga medida,

uma imensa Babel de línguas. Embora mais homogêneos no plano da cultura, os africanos variavam também largamente nessa esfera. (ibidem, p. 102-3)

Sem deixar de distinguir, citando Arthur Ramos, tipos culturais africanos – *Sudaneses*, bem como os *Peuhl*, *Mandinga* e *Haussa*, além dos *Bantus*, e diversos grupos compreendidos por cada tipo –, perpassa a narrativa darcyana uma asserção segundo a qual as diferenciações dos povos africanos em tais tipos, ou não perduraram significativamente do lado de cá do Atlântico, onde todos esses contingentes humanos foram homogeneizados na forma do trabalho escravo, ou se diluíram no percurso da *desafricanização* prévia à formação do povo novo brasileiro.

Nas categorizações empreendidas por Darcy Ribeiro – *indianidade*, *lusitanidade*, *africanidade*, num gradiente de intensidade explicativa decrescente da primeira categoria em direção à última –, mesmo quando este pormenoriza sua descrição enquanto matrizes, prepondera o tom generalista. Dada a multiplicidade das formas do ser brasileiro, interpretadas em *O Povo Brasileiro* – sob as denominações *Brasil crioulo*, *Brasil caboclo*, *Brasil sertanejo*, *Brasil caipira* e *Brasil sulino* –, não obstante a procura “modernista” de Ribeiro pela unidade identitária nacional, respeitam-se variações regionais e esmiúçam-se relatos particularistas de formação de cada variante dentro do todo. O mesmo *modus operandi*, contudo, é negado à apreensão das suas matrizes. Será legítimo, historiograficamente, afirmar a factibilidade de *um* Portugal, singularizado não só por tal onomástica, mas etnoculturalmente, no século XVI, e mesmo antes ou depois? Sem embargo, fora esse tipo de afirmação, precisamente – em que pese sua imprecisão –, um recurso utilizado por Ribeiro, necessário à classificação do povo brasileiro como *povo novo* e, sobretudo, ainda sem identidade: o *ninguém* “à procura de si mesmo” derivado da diluição de outros *alguéns*, com identidade constituída.

4. Os “ninguéns” do ser nacional

Tanto o indígena, quanto o português ou o africano seriam *alguéns* em sua forma original. Os primeiro sofreu a invasão do segundo, que também trasladou o terceiro, na condição de escravo, para uma terra distante. A partir de então, entrecruzaram-se e,

assim, perderam sua originalidade. O filho do português com a mulher indígena é o *ninguém mameluco*: não reconhecido como igual pelo pai europeu e não se identificando com a etnia materna; o filho do português com a mulher negra africana é o *ninguém mulato*, igualmente rechaçado pelo pai branco e não retornável à condição da mãe. Destarte, sucessivamente, a narrativa de Darcy Ribeiro sobre a formação do povo brasileiro aponta para inevitáveis perdas de identidade, de que decorre o não passadismo suprarreferido. O *não-europeu*, o *não-índio* e o *não-africano* não possuem passado, donde a sua “abertura para o futuro”. Sequer passado em sentido de primordialismos linguísticos, o que é a negação de Fichte: a língua nacional nasceu depois do povo e o português brasileiro não é o português de Portugal. O português brasileiro, tão novo quanto seus falantes, ter-se-ia conformado e disseminado ulteriormente, depois da língua geral, na fala dos negros desafricanizados (*ibidem*, p. 109).

A *ninguendade* será qualidade do mestiço, o qual, em não sendo índio, europeu ou africano e que, para sua autocompreensão e afirmação no mundo, na falta da identidade herdada, necessita inventá-la. A *ninguendade* homogeneiza o povo brasileiro, predominantemente mestiço. Aqui, novamente o paralelo com Gilberto Freyre é inevitável, e porventura exaltado por Ribeiro:

Dos cientistas sociais modernos do Brasil só Gilberto Freyre, com Casa Grande e Senzala, de fato me empolgou. [...] Observe-se que não falo aqui de afinidades e consonâncias com teses enunciadas antes. Falo de algo mais relevante, que é prosseguimento do esforço coletivo de ir construindo, geração após geração, cada qual como pode, o edifício do autoconhecimento nacional. (2012, p. 37)

Os protagonistas da história brasileira são em Freyre – na esteira da abordagem de Capistrano de Abreu – indivíduos comuns, anônimos (REIS, 2007) e geralmente mestiços. O mesmo se dá na reconstituição do passado colonial que intenta Darcy Ribeiro, os agentes da história são *ninguéns*, sem rostos ou nomes reconhecíveis e memoráveis, à exceção da louvação a Tiradentes em um discurso proferido pelo então senador quando do bicentenário da execução do mártir inconfidente, celebrado em 1992, pouco antes da publicação de *O Povo Brasileiro*. Entretanto, o Tiradentes de Darcy não toma o protagonismo do povo na construção nacional, antes figurando como um expoente dos estratos subalternos, sendo *o povo* na luta contra a opressão colonial:

Ao contrário de seus companheiros, ricos e letrados, Tiradentes era um homem do povo. Seu saber de experiência feito vinha de sua vida de tropeiro, de minerador, de curador de doentes, de dentista afamado e de alferes. Por essas qualidades e por seu talento de estadista, ultimamente revelado pelo revisionismo histórico, foi ele que se fez cabeça da conspiração, impondo seu comando a tantos homens poderosos e letrados da elite de Ouro Preto. (2016, p. 7)

Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, assemelhando-se na formação antropológica, contudo, diferenciam-se significativamente quanto aos juízos sobre cada componente étnico – indígena, português, africano –, tomado como grande categoria, a exemplo da concepção pejorativa freyriana quanto aos povos indígenas, apresentada em *Casa Grande & Senzala*:

Os portugueses, além de menos ardentes na ortodoxia que os espanhóis (...), vieram defrontar-se na América, não com nenhum povo articulado em império ou em sistema já vigoroso de cultura moral e material (...) mas, ao contrário, com uma das populações mais rasteiras do continente. (1963, p. 149)

É aliás erro, e dos maiores, supor-se a vida selvagem (...) uma vida de inteira liberdade. Longe de ser o livre animal imaginado pelos românticos, o selvagem da América, aqui surpreendido em plena nudez e nomadismo, vivia no meio de sombras de preconceito e de medo; muitos dos quais nossa cultura mestiça absorveu, depurando-os de sua parte mais grosseira ou indigesta. (*ibidem*, p. 162-3)

Tais juízos contrastam com a posição de Darcy Ribeiro acerca dos povos indígenas e sua contribuição para a formação do povo brasileiro – contribuição, em Freyre e a seu modo, maximizada na figura do português e fruída nas interações deste com negros africanos e de origem. Diversamente, conforme Ribeiro:

Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver (...). Na sua concepção sábia e singela, a vida era dádiva de deuses bons (...). Os recém-chegados eram gente prática, experimentada, sofrida, ciente de suas culpas oriundas do pecado de Adão, predispostos à virtude, com clara noção dos horrores do pecado e da perdição eterna. Os índios nada sabiam disso. Eram, a seu modo, inocentes, confiantes, sem qualquer concepção vicária, mas com claro sentimento de honra, glória e generosidade, e capacitados, como gente alguma jamais o foi, para a convivência solidária. (2010, p. 40-1)

Consequência de um processo de corrupção de identidades, o povo brasileiro procuraria a si mesmo em detrimento da busca por qualquer terra prometida, uma vez

que a terra é algo dado na narrativa darcyana. Porém, loteada pela elite latifundiária que teria originando estratificação. Eis um segundo ponto de ruptura entre Freyre e Ribeiro. Enquanto o primeiro principia o discurso da nacionalidade brasileira pelo viés étnico e segue por este, o segundo volta sua atenção para as estruturas econômicas e políticas como causalidade das configurações sociais, o que inclui a *ninguendade*. Não obstante Gilberto Freyre, por exemplo, creditar ao grande latifúndio as deficiências alimentares da população colonial, somente em Darcy Ribeiro etnia e classe social se conjugam e articulam como fatores explicativos de subdesenvolvimento: “o índio destrabalizado foi o primeiro pária”, ramificado *a posteriori* no sem-terra e no favelado, no entender de Gilberto Felisberto Vasconcellos (2015, p. 133). A deculturação como raiz da miséria.

5. Povo e estratificação

O *ninguém* é categoria étnica e socioeconômica, e dessa forma a superação da *ninguendade* para a construção da nacionalidade passa pela luta de classes.

Subjacente à uniformidade cultural brasileira, esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu. O antagonismo classista que corresponde a toda estratificação social aqui se exacerba, para opor uma estreitíssima camada privilegiada ao grosso da população, fazendo as distâncias sociais mais intransponíveis que as diferenças raciais. (2010, p. 20)

A elite brasileira, herdeira dos mecanismos de dominação e opressão coloniais, seria o principal obstáculo a essa superação da *ninguendade*. Por isso, aquela não se identifica com o povo brasileiro, ainda que nasça e viva sobre o mesmo território – *população* não é o mesmo que *povo*; este corresponderia às camadas inferiores da estratificação, ao conjunto dos oprimidos. De modo oposto a Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro não crê ter a mestiçagem “corrigido a distância social” entre a casa-grande e a senzala. (*op. cit.*, p. 7), fazendo com que prisma da etnicidade pareça esgotar sua capacidade explicativa das circunstâncias do presente.

Com efeito, no Brasil, as classes ricas e as pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam entre povos distintos. [...] Essas duas características complementares – as distâncias abismais entre os diferentes estratos e o caráter intencional do

processo formativo – condicionaram a camada senhorial para encarar o povo como mera força de trabalho destinada a desgastar-se no esforço produtivo e sem outros direitos que o de comer enquanto trabalha, para refazer suas energias produtivas, e o de reproduzir-se para repor a mão de obra gasta. (*idem*, p. 194-5)

Entretanto, o antagonismo entre classe dominante e povo seria catalisador da formação da identidade deste último, aglutinando desde o índio destribalizado ao camponês sem-terra para a oposição dialética aos estratos superiores. Enquanto em Sérgio Buarque de Holanda há uma identidade brasileira comum, não obstante deformada por uma psique coletiva impregnada pelo patrimonialismo e pelo personalismo difundidos por toda a sociedade, ainda que partindo das elites tradicionais, Darcy Ribeiro polariza elite e povo, atribuindo àquela a exclusividade da culpa pelo subdesenvolvimento do Brasil. Não há, à diferença de Gilberto Freyre, harmonização possível para esses antagonismos. A elite é perversa e o povo brasileiro necessariamente deve derrotá-la. Especialmente porque o segmento mais elevado da elite tem caráter exógeno, vivendo em território brasileiro a serviço de interesses alheios à consecução da nacionalidade – sendo um “estamento gerencial estrangeiro” (*ibidem*, p. 193).

Neste ponto, a similitude entre Darcy Ribeiro e Caio Prado Junior é maior do que entre aquele e qualquer outro pensador social da “Geração de 30”; não apenas pela formação marxista comum a ambos, cada qual peculiarmente se valendo do materialismo histórico-dialético para a construção de teorias sobre o Brasil, como também porque em Caio Prado a prioridade do olhar está na inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, no Brasil como produto resultante de um processo de expansão do capitalismo. Nessa perspectiva, afirma Ribeiro, o povo brasileiro surgiu e tem servido como “proletariado externo” (2015, p. 48) sob o domínio das nações capitalistas desenvolvidas. Assim:

O princípio da globalização é a ideia mais velha do Brasil, apresentada como uma novidade. Dizem que nós estamos às vésperas desse fenômeno econômico e que ou o Brasil se insere nela ou será um país marginal. Isso é uma besteira cavalara. O Brasil foi criado para produzir, gastando milhões de índios e negros importados, a fim de produzir e exportar açúcar para adoçar a boca de europeu. Então, era o mercado europeu que mandava que os paulistas saíssem aprisionando centenas de milhares de índios, e que caçadores ingleses, apresentados como heróis da cristandade, caçassem negros na África. Caçaram 100 milhões, em quatro séculos, como mão de obra para os Estados Unidos, que absorveram 40 milhões. Para o Brasil, vieram uns 12

milhões. Ou seja, toda aquela economia foi globalizada. Os índios e os negros não existiam para si, mas para o mercado mundial. (1998, p. 94)

Pois é. A força do mercado criou o Brasil. Eles têm toda razão. O Brasil foi, durante um século, o país mais rico do mundo, porque a principal mercadoria da Terra era o açúcar. Então, nós somos um produto do mercado. (...) Cada país tem que ter o seu projeto. Esse projeto necessita ser formulado. As leis precisam ser feitas. Diante disso, eu quero me obrigar a acreditar na Utopia Brasil. Somos um povo com imensa vontade de felicidade, com fome de fartura. Aspiramos a coisas simples, como comer todo dia. Somos dotados de enorme capacidade de alegria para viver, para fazer coisas. Enfim, temos qualidades que permitem sonhar com possibilidades imensas. O Brasil pode, deve ser e será uma grande civilização mestiça – o que significa melhor, porque tem mais humanidade em si – e tropical. (*idem*, p. 101)

Eis que o subtítulo de *O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil* – possa encontrar antecedentes e paralelos na ideia de *sentido da colonização*, de Caio Prado Junior, de modo a lançar luz sobre a recorrente alocação de Darcy Ribeiro segundo a qual o Brasil “nunca existiu para si”, desvelando os porquês de seu discurso identitário na década de 1990, dentre outros aspectos, refratário à então recente disseminação do uso do termo *globalização*.

6. Potência e ato: para efeitos de conclusão

Realizar suas potencialidades de uma grande civilização como tarefa histórica do povo brasileiro é lugar-comum no discurso de Darcy Ribeiro. Povo que existe como tal, mas não pleno, porquanto não tenha superado obstáculos também historicamente dados. Subjaz a esse discurso uma concepção teleológica da história, que deita raízes em Aristóteles, reverbera em Hegel e se torna enunciado revolucionário em Karl Marx. Há um ponto de chegada para a trajetória de formação do Brasil. Pela evocação do remate filosófico, permita-se um despretenso raciocínio.

Em termos aristotélicos, potencialidade é capacidade de vir a ser, a faculdade da matéria de adquirir uma forma reconhecível pela passagem da potência ao ato. Ademais, a conversão da matéria em forma exige uma força atuante sobre a primeira, chamada de causa-eficiente, sem a qual a matéria permanece tal e qual. Tomado o povo brasileiro como matéria e o horizonte de expectativa – para trazer Reinhart Koselleck – declaradamente utópico de Darcy Ribeiro como a forma de grande civilização a ser alcançada por aquela, a superação da *ninguendade* aludindo à passagem da matéria à

forma, abre-se a indagação: haverá uma causa-eficiente, ou necessidade da mesma, atuante sobre o povo, ou o povo fará as vezes de causa-eficiente na construção da nação?

Desvela-se, aqui, um ponto de tensão no pensamento de Darcy Ribeiro. Ao mesmo tempo em que o mesmo sustenta a ideia do povo como agente autônomo da construção da nacionalidade, como “sujeito messiânico”, retomando a expressão de Junco, igualmente exalta o papel do Estado como tutor do povo nessa construção, num pressuposto próximo às considerações da História Política. Essa tensão, que possivelmente se deriva da dupla performance de Ribeiro, híbrido de intelectual e político – iniciado na carreira como militante do PCB, e posteriormente tendo-se vinculado à tradição do trabalhismo brasileiro, via PTB, em fins de 1950, e PDT, já na redemocratização –, por vezes parece traduzir-se numa oscilação entre princípios e projetos reformistas e revolucionários (VASCONCELLOS, 2014), ora alegando a necessidade do Estado – “causa-eficiente” – para a emancipação do povo, ora imbuindo o povo do potencial para a própria emancipação:

A reforma de que necessitamos imperativamente é a que recrie e fortaleça um Estado moderno, meritocrático, desburocratizado, social e nacionalmente responsável, ético, íntegro e eficaz. Aquele Estado-Nação capacitado a cumprir as tarefas supremas de promotor do desenvolvimento nacional autônomo e sustentado, de gerador de uma economia de prosperidade generalizada, de garantidor do pleno emprego e de provedor das necessidades de nutrimento, de educação, de abrigo e de assistência ao povo brasileiro. Um Estado inteligente, dinâmico, enxuto, operado por um serviço público civil de funcionários insubornáveis, competentes, orgulhosos de seu ofício, bem remunerados e atenciosos para com o público. Em lugar do Estado mínimo que receitam, proponho o Estado necessário. (2015, p. 211)

A única saída possível para essa estrutura autoperpetuante de opressão são o surgimento e a expansão do movimento operário. Nas cidades, ao contrário da roça, o operário sindicalizado já atua como um lutador livre diante do patrão, chegando a ser arrogante na apresentação de suas reivindicações. É por esse caminho que as instituições políticas podem aperfeiçoar-se, dando realidade funcional à República. (*op. cit.*, p. 201)

O primeiro trecho citado situa-se em *O Brasil como Problema*, e o segundo se localiza em *O Povo Brasileiro*. As duas obras foram publicadas concomitantemente, em 1995. *O Brasil como problema* traz reproduzida a tônica dos discursos do então senador Darcy Ribeiro em sua cruzada contra o neoliberalismo e as privatizações das empresas estatais, a começos do primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

O esforço de reconstituição dessa época histórica, imbuído da necessária lucidez distanciada dos esquematismos convencionais, será caro à compreensão do campo de experiências de Darcy Ribeiro, a fim de que se possa decifrar no discurso identitário de *O Povo Brasileiro*, na mobilização do passado colonial tencionada mediante essa obra, as bandeiras levantadas pelo senador no âmbito da luta política. Tal esforço deve ter em conta elucidar se a força propulsora da construção da nacionalidade, da superação da *ninguendade*, pertence ao povo, ruptura revolucionária, ao Estado, processo reformista, ou bem estaria na conjugação de ambos – na identificação entre povo e Estado, à semelhança do que se dá na correlação entre povo e nação na conceituação de Ribeiro, com vistas à consecução de um ideal igualitário ultrademocrático rousseauiano, sobrevivência do “bom selvagem” da matriz tupi. Dito de outro modo, e por fim, se o povo brasileiro, em sendo condição necessária para a construção da nação, será, outrossim, em Darcy Ribeiro condição suficiente.

Bibliografia

Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (org.); URANI, André (et al). *Lições de Mestres: entrevistas sobre globalização e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Campus: ABDE, 1998, p. 91-101.

FREYRE, Gilberto de Melo. *Casa-grande & Senzala*. Brasília: Ed. UnB, 1963.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (prefácio de Antônio Cândido). Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.

JUNCO, José Álvarez. *Dióses útiles: Naciones y nacionalismos*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2016.

_____. *El nombre de la cosa. Debate sobre el término nación y otros conceptos relacionados*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; PubliFolha, 2000.

REIS, José C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, 9ª ed.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Crônicas Brasileiras* (org. de Eric Nepomuceno). Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.

_____. *Gentidades*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

_____. *O Brasil Como Problema*. São Paulo: Global Editora, 2015.

_____. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *O Processo Civilizatório*. Paulo: Brasiliense; PubliFolha, 2000.

_____. *Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Testemunho*. Rio de Janeiro: Apicuri; Brasília, DF: UnB, 2012.

_____. *Tiradentes*. São Paulo: Global Editora, 2016.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Darcy Ribeiro: a razão iracunda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

_____. *Gunder Frank – O enguiço das ciências sociais*. Florianópolis: Editora Insular, 2014.